

CORREIO NACIONAL

Paulo Pinto/Agência Brasil



Ministro vê jogo como problema grave de saúde pública

Padilha quer norma publicitária das Bets similar a do cigarro

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, voltou a defender na sexta, em São Paulo, a regulamentação da publicidade das bets para evitar a propagação do vício em apostas online.

Após participar com o presidente Lula da inauguração do Centro de Ensino, Simulação e Inovação (Cesin) do Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Padilha reforçou que as bets são uma questão de saúde pública e que suas regras deveriam ser semelhantes às do cigarro. "Eu defendo que a gente trate o problema das bets como a gente tratou o problema do cigarro, enfrentando o problema da publicidade", disse o ministro.

Ministro vê avanço em proibição

Padilha ressaltou o fato de o governo já ter conseguido avanço importante ao impedir que crianças possam ter acesso às apostas online, mas entende ser preciso avançar mais.

"É preciso que a gente dê um passo além, no Congresso, tratando as mesmas regras do cigarro, proibindo a publicidade e reduzindo esse acesso, porque isso é um grave problema de saúde pública", ressaltou.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Novas normas definem casos de vicaricídio

Ampliação da defesa às mulheres

Mulheres de todo o país passam, desde sexta (10), com leis de proteção mais abrangentes para casos de violência. O Diário Oficial da União da última sexta-feira (10) trouxe publicadas normas que tipificam crimes e ampliam a vigilância sobre agressores.

As medidas foram sancionadas nessa quinta-feira (9) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e atualizam a legislação sobre o tema. A Lei 15.382/2026 cria o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres e Meninas Indígenas, a ser lembrado em 5 de setembro.

Monitoramento com tornozeleira

A nova lei altera a Lei Maria da Penha para incluir o monitoramento eletrônico, quando houver risco atual ou iminente à vida ou à integridade da mulher. Além dos casos em que for verificado o risco iminente à integridade física ou psicológica da vítima, a imposição da tornozeleira será prioridade nos casos em que houver descumprimento de medidas protetivas anteriormente impostas.

Contra o câncer I

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou na sexta, na capital paulista, o Projeto de Lei 126, de 2025, que estabelece o marco regulatório da vacina e de medicamentos de alto custo contra o câncer no país. A lei estabelece normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso e equidade no SUS.

Contra o câncer II

Lula inaugurou o Centro de Ensino, Simulação e Inovação (Cesin) do Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O Cesin é uma unidade especializada com a proposta de ampliar e moderar as iniciativas de ensino, capacitação e inovação.

Matemática I

O Instituto de Matemática Pura e Aplicada abre de 4 a 29 de maio inscrições para a 1ª Olimpíada dos Professores da Obmep Mirim. Nesta segunda, estará no ar o site professores.olimpiadamirim.obmep.org.br, por meio do qual os interessados poderão obter detalhes dessa olimpíada inédita.

Matemática II

O objetivo é ajudar na capacitação de professores do 1º ao 5º ano da educação fundamental e valorizar o ensino da matemática na formação escolar. A prova será aplicada em 17 de outubro de 2026, juntamente com a segunda fase da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, voltada a alunos do sexto ano em diante.

Habitação I

Em março, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio da Secretaria do Patrimônio da União, viabilizou moradia de qualidade para mais de 1.298 famílias e garantiu segurança jurídica a 68 comunidades ribeirinhas. As destinações foram realizadas no âmbito do programa Imóvel da Gente

Habitação II

Entre os principais beneficiários estão comunidades tradicionais ribeirinhas do Amazonas, como Bom Fim, Caiambé, Bom Jesus e Mamuriá, além de outras 64 localidades no município de Tefé. Nesses locais, o modo de vida é diretamente influenciado pelo rio Amazonas, especialmente pelos ciclos de cheia e seca.



Índice é superior ao registrado entre os não cotistas

Censo: 50% de cotistas concluem graduação

Número corresponde a alunos em universidades federais

Da Redação

O Censo da Educação Superior (2024), organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 49% dos alunos que ingressaram por meio da reserva de vagas em universidades federais e em instituições da rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica concluíram a graduação – índice superior ao registrado entre os demais ingressantes, que foi de 42%.

O Censo indica ainda que a maior parte dos estudantes que ingressam no ensino superior por ações afirmativas concluem seus cursos e são diplomados.

O Censo da Educação Superior (2024), organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 49% dos alunos que ingressaram por meio da reserva de vagas em universidades federais e em instituições da rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica concluíram a graduação – índice superior ao registrado entre os demais ingressantes, que foi de 42%.

O desempenho desses estudantes reforça o sucesso de políticas de ampliação do acesso à educação superior, articuladas pelo Ministério da Educação (MEC).

Os dados do Censo demonstram que, entre 2013 e 2024, mais de 1,4 milhão de pessoas ingressaram em instituições federais de

ensino por meio de políticas de reserva de vagas, o que ampliou a presença, especialmente nas universidades federais, de grupos historicamente excluídos desses espaços. Somente em 2024, esse número foi de 133.078 estudantes.

A maior parte das matrículas ocorreu em universidades, que registraram 110.196 alunos cotistas, enquanto 22.587 foram contabilizados em instituições da rede federal.

Nos processos seletivos do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), cerca de 2 milhões de cotistas ingressaram em cursos de graduação desde a adoção desses mecanismos. A implementação da modalidade no Sisu surge com a criação da Lei de Cotas. Regras específicas também foram criadas para o Prouni e, mais recentemente, para o Fies.

Com o Sisu, mais de 790,1 mil estudantes conseguiram ingressar em universidades públicas por meio da Lei de Cotas. Somente de 2023 a 2026, esse número alcançou a marca de 307.545 estudantes.

O Prouni foi pioneiro na implementação de ações afirmativas e, desde a sua primeira edição, em 2005, até o ano passado, já beneficiou mais de 1,1 milhão de autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.